

ORGANIZADORAS
GLENY TEREZINHA DURO GUIMARÃES
ANA LÚCIA SUÁREZ MACIEL
BEATRIZ GERSHENSON

**NEOLIBERALISMO
E DESIGUALDADE
SOCIAL:
REFLEXÕES
A PARTIR DO
SERVIÇO SOCIAL**

 ediPUCRS

NEOLIBERALISMO E DESIGUALDADE SOCIAL:

reflexões a partir do Serviço Social



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Chanceler

Dom Jaime Spengler

Reitor

Evilázio Teixeira

Vice-Reitor

Jaderson Costa da Costa

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Carla Denise Bonan

Editor-Chefe

Luciano Aronne de Abreu

Adelar Fochezatto

Antonio Carlos Hohlfeldt

Cláudia Musa Fay

Gleny T. Duro Guimarães

Helder Gordim da Silveira

Lívia Haygert Pithan

Lucia Maria Martins Giraffa

Maria Eunice Moreira

Maria Martha Campos

Norman Roland Madarasz

Walter F. de Azevedo Jr.

Gleny Terezinha Duro Guimarães
Ana Lúcia Suárez Maciel
Beatriz Gershenson
Organizadoras

NEOLIBERALISMO E DESIGUALDADE SOCIAL:
reflexões a partir do Serviço Social



PORTO ALEGRE
2020

© EDIPUCRS 2020

CAPA Thiara Speth

DIAGRAMAÇÃO EDIPUCRS

REVISÃO DE TEXTO Carol Ferrari

Edição revisada segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001



Editora Universitária da PUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33
Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone/fax: (51) 3320 3711
E-mail: edipucrs@pucrs.br
Site: www.pucrs.br/edipucrs

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N438 Neoliberalismo e desigualdade social: reflexões a partir do serviço social / Gleny Terezinha Duro Guimarães, Ana Lúcia Suárez Maciel, Beatriz Gershenson organizadoras. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2020.
319 p.

ISBN 978-65-5623-003-0

1. Política social. 2. Assistência social. 3. Capitalismo – Aspectos sociais. 4. Neoliberalismo – Aspectos sociais. 5. Igualdade. 6. Serviço social. I. Guimarães, Gleny Terezinha Duro. II. Maciel, Ana Lúcia Suárez. III. Gershenson, Beatriz.

CDD 23. ed. 361.61

Lucas Martins Kern CRB-10/2288
Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do *Código Penal*), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

1.1 A PRODUÇÃO DA POBREZA E DAS DESIGUALDADES NO CAPITALISMO: UMA LEITURA A PARTIR DA OBRA MARXIANA¹

JANE CRUZ PRATES
GISSELE CARRARO
INEZ ROCHA ZACARIAS

Introdução

Os processos sociais como a pobreza e as desigualdades na sociedade capitalista precisam ser explicados a partir das relações sociais de produção, as quais regulam a distribuição dos meios de produção e dos produtos, bem como a apropriação dela e do trabalho. Essas ações se dão através da exploração de uma classe despossuída de trabalhadores assalariados, desprovida da propriedade de seus meios de produção, pela classe de capitalistas, que monopolizam os meios de produção e concentram, na forma de capital, a maior parte da riqueza socialmente gerada.

Em outras palavras, para reproduzir-se o modo de produção capitalista gera processos sociais como a pobreza e as desigualdades, na medida em

¹ Este texto foi publicado originalmente em forma de artigo nos Anais do 7º Encontro Internacional de Política Social e o 14º Encontro Nacional de Política Social que será realizado entre os dias 03 e 06 de junho de 2019, na Universidade Federal do Espírito Santo (Vitória/ES). Para este livro foram efetuadas alterações e acréscimos ao longo do texto.

que se pauta na acumulação via exploração da força de trabalho, que precisa incessantemente ser incorporada ao capital como meio de expandi-lo. O crescimento do capital supõe, simultaneamente, a acumulação da riqueza para aqueles que a detém e a acumulação da pobreza e a penúria do trabalhador que “[...] apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar.” (MARX, 1989, p. 829).

Na concepção de Marx, a riqueza constitui-se na possibilidade de homens e mulheres desenvolverem todas as suas capacidades e humanizarem-se na relação com outros seres humanos. É fundamental considerar que a “humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão” (FREIRE, 1978, p. 30), alterarem tais processos.

Isso pressupõe a superação da desumanização, de um espírito egoísta, construído socialmente pela cultura da sociedade burguesa, por uma consciência humano-genérica, que está entrelaçada com a atividade material de homens e mulheres, em seu processo real de vida. Marx (1993), ao questionar as teses sobre Feuerbach, afirma que são necessárias condições materiais de existência para o desenvolvimento da consciência e não o inverso, porque a satisfação das necessidades humanas, seja as que provenham do estômago ou da fantasia, pressupõe a produção de meios e formas de atendimento adequado das mesmas.

Sem embargo, no modo de produção capitalista, estas condições são subtraídas da classe trabalhadora e quanto mais complexas as sociedades e a forma de organização do trabalho, mais agudas, manipuladoras e subliminares são as estratégias para a captura material e simbólica da classe que produz. Além de níveis cada vez mais intensos de exploração da força de trabalho, flexibilização/precarização de vínculos, condições e relações de trabalho, que desencadeia desgaste e adoecimento físico e mental de trabalhadores. A vida *just in time*, a qual se encontram submetidos, favorece a sua despontecialização como ser humano que pensa, deseja, se relaciona, sente, percebe e se articula, na medida em que “captura a

sua subjetividade” (ALVES, 2014) roubando-lhe o sentido da objetivação humana, desumanizando-o e fazendo deste um ser cada vez mais pobre em necessidades e formas de satisfação.

Nesses termos, considera-se que a pobreza é a de homem mercadoria, é o homem restrito a grosseira necessidade, limitado pela necessidade de ter para ser, prisioneiro daquilo que ele próprio criou através do seu trabalho. Ainda, nos Manuscritos de Paris (1844) Marx reconhece que a primeira necessidade humana é a própria manutenção da vida e para tanto é preciso comer, beber, vestir, habitar. Afirma também, que o desenvolvimento das forças produtivas, e o próprio desenvolvimento decorrente dessa relação, conduz a novas necessidades. Por outro lado, a sociedade capitalista impõe necessidades fetichizadas para ampliar os seus lucros, o que está na base do processo de consumismo, coisificação e mercantilização das relações sociais, que passam a dominar todas as esferas da vida social.

Neste texto, trata-se de explicitar as contribuições da obra marxiana sobre a pobreza e as desigualdades como fundamentais para sua apreensão na sociedade capitalista contemporânea. Para tanto, trar-se-á alguns extratos da produção de Marx e deste com Engels.

1.1.1 Pobreza e desigualdades no capitalismo: extratos da obra marxiana

A pobreza e o conjunto de desigualdades, presentes na história de todas as sociedades, guardadas as particularidades de cada formação sócio-histórica, resultam da luta de classes, “homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma opressores e oprimidos [...]” (MARX; ENGELS, 1998, p. 8). Sendo fruto de estruturas sociais ainda pouco desenvolvidas, pautadas e alimentadas pela exploração, subjugação de uns para a garantia do privilégio de outros, como destaca o Manifesto do Partido Comunista (1848).

Contudo, esses processos acentuam-se no modo de produção capitalista, onde a velocidade é um de seus traços característicos. A

produção de capital é diretamente proporcional à geração de pobreza e desigualdades, de concentração de renda e riqueza nas mãos de particulares e, do aumento da massa de populações descartáveis ou a massa da superpopulação consolidada “cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho” (MARX, 1989, p. 747).

Contribui como instrumento essencial para a expansão do capital a superestrutura jurídico-política e ideológica criada pelo Estado, que possibilita a manutenção das relações sociais na base material da sociedade (infraestrutura). Esta sua existência, posto que toda a riqueza necessária para manter a superestrutura é produzida na infraestrutura por meio das nas relações de produção e de troca, conforme indica Marx nas obras *Ideologia Alemã* (1846) e *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859).

A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas haviam se desenvolvido até então (MARX, 2008, p. 47).

Nesse sentido, contribui para consolidar e perpetuar a dominação da classe burguesa, que impõe, defende e mantém seu poder por meio de um aparato coercitivo, jurídico, político-institucional, educacional, cultural e comunicacional. Igualmente, cria condições para o exercício de seus privilégios contra a classe ou classes que subjuga, garantindo

condições apropriadas para a reprodução das relações de produção, as quais expressam nada mais que as relações entre capital e trabalho.

A exploração da força de trabalho assalariada é condição básica para a acumulação de riqueza num polo e, simultaneamente, a “acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no polo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital.” (MARX, 1989, 749).

No conjunto da obra marxiana são problematizadas as contradições existentes na relação capital-trabalho, há muitas expressões de desigualdade e pobreza criticadas por Marx e seu interlocutor Engels, que se manifestam não apenas nas fábricas, mas em todas as relações sociais, algumas das quais serão apresentadas como contraprovas históricas.

Em sua obra inaugural na juventude, Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista (1848), criticam a hipocrisia burguesa que defende o vínculo familiar, enquanto expunha crianças, oriundas da classe trabalhadora, ao trabalho infantil em condições precárias e insalubres, reduzindo-as a mercadorias.

O palavrório burguês sobre família e educação, sobre a relação estreita entre pais e filhos, torna-se tanto mais repugnante quanto mais a grande indústria rompe todos os laços familiares dos proletários e as crianças são transformadas em simples artigos de comércio e instrumentos de trabalho (MARX; ENGELS, 1998, p. 25).

Posteriormente, esse tema é retomado na obra *O Capital* (1865), quando Marx busca dar visibilidade ao que denomina de “orgias do capital”, articulando dados empíricos quantitativos e qualitativos sobre a exploração do trabalho infantil na fabricação de fósforos:

A metade dos trabalhadores são meninos com menos de 13 anos e adolescentes com menos de 18. Essa indústria é tão

insalubre que somente a parte mais miserável da classe trabalhadora, viúvas famintas, etc. cede-lhe seus filhos, ‘crianças esfarrapadas, subnutridas, sem nunca terem frequentado escola’. Entre as testemunhas inquiridas, 270 tinham menos de 18 anos, 40 tinham menos de 10, 10 apenas 8 e 5 apenas 6. O dia de trabalho variava de 12, 14 e 15 horas, com trabalho noturno e refeições irregulares, em regra no próprio local de trabalho, empestado pelo fósforo (MARX, 1989, p. 279).

Complementa esses dados aportando a expressão de um menino trabalhador de apenas 9 anos para ilustrar o que caracterizou como a ultrapassagem das “mais cruéis fantasias infernais” de exploração do trabalho infantil, incluso o prolongamento dos limites da jornada de trabalho, empregado em diversos ramos industriais. Afirma:

‘Ninguém’, diz o relatório, ‘pode pensar na quantidade de trabalho que, segundo o depoimento de testemunhas, é realizado por crianças de 9 a 12 anos, sem concluir irresistivelmente que não se pode mais permitir que continue esse abuso de poder dos pais e dos patrões. O método de fazer as crianças trabalhar alternativamente de dia e de noite leva ao iníquo prolongamento do dia de trabalho, tanto nos períodos de maior volume de negócios quanto nos períodos de movimento normal. [...] ‘George, de 9 anos declara: ‘Vim trabalhar aqui na sexta-feira passada. No dia seguinte tive de começar as 3 horas da manhã. Por isso fiquei aqui a noite inteira. Moro a 5 milhas daqui. Dormi no corredor sobre um avental e me cobri com um casco pequeno. Os outros dias estava aqui às 6 horas da manhã. Este lugar é muito quente (MARX, 1989, p. 292).

Como se pode evidenciar, nos extratos de fala de relatórios sistematizados a exploração da força de trabalho de crianças em jornada exaustiva e em condições degradantes, violam o capital a partir de condições normais, morais e físicas de vida de seres humanos em processo de crescimento,

prejudicando seu desenvolvimento, ocasionando o esgotamento prematuro e a morte. Importa frisar que, tanto crianças/adolescentes, quanto adultos explorados pelo trabalho, constituíam-se em mercadorias para o capitalista como fonte criadora de valor necessária para a acumulação de riqueza e a reprodução do modo de produção capitalista.

Na obra *Glosas Críticas Marginais*, escrita em 1844, Marx dá visibilidade ao caráter global do capitalismo e a proporção global de desigualdades que advêm da relação capital-trabalho, negada por análises limitadas. Ao dirigir-se ao rei da Prússia argumenta:

‘Num país não-político como a Alemanha’, responde o prussiano, ‘é impossível compreender que a miséria parcial dos distritos industriais é uma questão geral ainda que é um dano para o conjunto da sociedade. Para os alemães, o acontecimento tem o mesmo caráter de qualquer seca ou carestia local. Por isso, o rei o considera como um ‘defeito de administração ou de assistência’. O ‘prussiano explica então essa concepção invertida da miséria dos trabalhadores, através da peculiaridade de um país não-político (MARX, 2011, p. 142).

De forma similar refere acerca dos limites da análise que justifica a inoperância do Estado e a transferência da responsabilidade à sociedade no enfrentamento à pobreza, apelando para a caridade e a religião: “Miséria e crime são duas grandes calamidades: quem poderá repará-las? O Estado e as autoridades? Não, mas, ao contrário, a união de todos os corações cristãos” (MARX, 2011, p. 142). As desigualdades são não só naturalizadas como as políticas públicas, para o seu enfrentamento pelo Estado são consideradas favorecedoras dessa condição. Desse modo, Marx contrapõe-se ao Rei da Prússia, na medida em que desoculta o fato, que a partir de uma análise distorcida e fragmentada desloca a raiz do problema para mascarar-lo e obscurecê-lo. Destaca ainda, o mesmo autor:

O parlamento inglês não se limitou à reforma formal da administração. Segundo ele, a causa principal da grave situação do pauperismo inglês está na própria lei relativa aos pobres. A assistência, o meio legal contra o mal social, acaba favorecendo-o. E quanto ao pauperismo em geral seria, de acordo com a teoria de Malthus uma eterna lei da natureza [...] (MARX, 2011, p. 146).

O enfrentamento às desigualdades e à pobreza como uma de suas mais significativas expressões exige investimentos que não interessam ao Estado. O seu reconhecimento, como fruto do modo de organização da sociedade, supõe o compromisso de enfrentá-las pelo conjunto da sociedade e por ele próprio como seu representante. Portanto, livrar-se dos pobres sistematicamente tem sido uma prática persistente em todas as sociedades regidas pelo modo de produção capitalista, inclusive sendo avaliada como estratégia mais adequada. Nesse aspecto, sublinha:

Uma vez que a população tende a superar incessantemente os meios de subsistência, a assistência é uma loucura, um estímulo público a miséria. Por isso, o Estado nada mais pode fazer do que abandonar a miséria ao seu destino e, no máximo, tornar mais fácil a morte dos pobres (MARX, 2011, p. 146).

Ao dar visibilidade à contradição e incoerência do Estado o pensador alemão mostra que, em razão do crescimento da riqueza gerar, progressivamente, cada vez mais pobreza, existe a necessidade de que o mesmo transferisse aos próprios pobres a responsabilidade por esse processo, culpabilizando-os por isso e punindo-os por sua realidade. Isso porque, ora inclina-se para uma limitada oferta de proteção frente a esse fenômeno complexo e multidimensional da pobreza – para assim subjugar-la e controlá-la –, ora para a crítica aos poucos recursos destinados a políticas públicas que atuam com aqueles que socialmente são constituídos como pobres – entendidas como estímulos nocivos a passividade.

Se for levado em conta o contexto presente de retrocesso de direitos, assiste-se a uma retomada de análises e iniciativas de proteção social de cunho meritocrático e conservadoras que, com críticas similares, buscam desconstituir direitos, culpabilizar aqueles que lutam contra as interdições e por uma vida mais digna, deslocando de sua raiz as expressões da questão social que se agudizam. Igualmente, penalizam os mais pobres, que mais necessitam dos serviços públicos, negando-lhes o atendimento de suas necessidades mais elementares, como o direito à vida, e ofertando-lhes políticas públicas focalizadas, de caráter gerencialista e voltadas ao alívio imediato da pobreza. Nesse contexto, o texto de Marx, *Glosas Críticas Marginais* (1844), apresenta-se esclarecedor e profundamente atual.

Como se vê, a Inglaterra tentou acabar com o pauperismo primeiramente através da assistência e das medidas administrativas. Em seguida, ela descobriu, no progressivo aumento do pauperismo, não a necessária conseqüência [sic] da indústria moderna, mas antes o resultado do imposto inglês para os pobres. Ela entendeu a miséria universal unicamente como uma particularidade da legislação inglesa. Aquilo que, no começo, fazia-se derivar de uma falta de assistência, agora se faz derivar de um excesso de assistência. Finalmente, a miséria é considerada como culpa dos pobres e, deste modo, neles punida. A lição geral que a política Inglaterra tirou do pauperismo se limita ao fato de que, no curso do desenvolvimento, apesar das medidas administrativas, o pauperismo foi configurando-se como uma instituição nacional e chegou por isso, inevitavelmente, a ser objeto de uma administração ramificada e bastante extensa, uma administração, no entanto, que não tem mais a tarefa de eliminá-lo, mas, ao contrário, de discipliná-lo (MARX, 2011, p. 146-147).

Complementa ainda, enfatizando que a pobreza precisava ser punida, justificando o seu entendimento como delito. Na obra *A Questão Judaica*

(1843), o autor destaca o interesse que assume para a sociedade capitalista as políticas de segurança pública para a defesa do Estado Capital

*A segurança é o supremo conceito da sociedade civil, o conceito de polícia, porque a sociedade toda apenas existe para garantir a cada um dos seus membros a conservação da sua pessoa, dos seus direitos e da sua propriedade. [...] Pelo conceito de segurança, a sociedade civil não se eleva acima do seu egoísmo. A segurança é, antes, o *asseguramento* do seu egoísmo (MARX, 2009, p. 65).*

Dito de outra forma, no modo de produção capitalista a repressão torna-se crucial para a garantia e conservação de privilégios e da propriedade privada. Igualmente, a repressão tem se constituído num “[...] estado de guerra permanente, dirigido aos pobres, aos ‘desempregados estruturais’, aos ‘trabalhadores informais’, aos emigrantes, [...] que se instala progressivamente nos países centrais e nos países periféricos [...]” (NETO, 2012, p. 219). A ordem capitalista precisa ser mantida a qualquer custo por essa razão alterna concessões de direitos com períodos de repressão. Essa “filantropia teórica”, diz Marx, ainda em *Glosas Críticas Marginais* (1844), se soma a ideia de que “[...] o pauperismo é a miséria da qual os próprios trabalhadores são culpados, e ao qual, portanto, não se deve prevenir como uma desgraça, mas antes reprimir e punir como um delito.” (MARX, 2011, p. 146).

Como contraponto à criminalização e culpabilização da pobreza e desocultando a contradição e hipocrisia do Estado que não oferta as mínimas condições materiais de existência, mostra a contradição insuperável do Estado classista. Marx argumenta (2011, p. 147):

para educar as crianças, é preciso alimentá-las e liberá-las da necessidade de trabalhar para viver. Alimentar e educar as crianças abandonadas, isto é, alimentar e educar todo

o proletariado que está crescendo, significaria eliminar o proletariado e o pauperismo.

Mas, o que significa eliminar o proletariado e o pauperismo? Quer dizer superar o modo de produção capitalista, pois a pobreza e a riqueza, como unidade contraditória de opostos, são necessárias ao desenvolvimento e à acumulação do capital. Do mesmo modo, a divisão da sociedade em classes sociais² (classe burguesa ou burguesia e classe trabalhadora ou proletariado), primordial para a exploração de uma parcela da sociedade por outra, que terá fim com a abolição do antagonismo de classes no interior das nações. Isso será possível quando o proletariado “usar seu predomínio político para retirar, aos poucos, todo o capital da burguesia, para concentrar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado – quer dizer, do proletariado organizado como classe dominante [...]” (MARX; ENGELS, 1998, p. 27), para, posteriormente, suprimi-lo.

O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida privada e pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. (MARX, 2011, p. 148-149).

Marx finaliza suas reflexões em *Glosas Críticas Marginais* (1844), salientando a importância de que o homem reencontre sua essência na relação humanizada com os outros, ideia que será recorrente no con-

² Entende-se como classes sociais “[...] grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social.” (LENIN, 1919, p. 10).

junto de sua obra, ou nas palavras do autor: “[...] a comunidade da qual o trabalhador está isolado [...], da qual é separado pelo seu trabalho, é a própria vida, a vida física e espiritual, a moralidade humana. A essência humana é a verdadeira comunidade humana.” (MARX, 2011, p. 153-154).

Na obra *Os Manuscritos de Paris (1844)*, particularmente no Primeiro Manuscrito, suas reflexões se iniciam sobre as contradições do mundo do trabalho, dando clareza a perversidade do modo de produção capitalista que tem o interesse de manter viva uma de suas propriedades, a força de trabalho. Na verdade, Marx fala do que hoje se designa criticamente de mínimos sociais. Diz o autor: “A mais baixa e a única necessária tabela de salários é aquela que provê à subsistência do trabalhador durante o trabalho e a um suplemento adequado para criar a família a fim, de que a raça de trabalhadores não se extinga” (MARX, 1993, p. 101).

Acrescenta ainda, que o trabalho, produto da ação humana, passa a controlar o trabalhador, invertendo o processo. Esse tema será desenvolvido com profundidade em *O Capital*, dando visibilidade aos níveis de alienação. Nos *Manuscritos de Paris*, em sua juventude, o autor afirma: “o trabalhador não tem apenas que lutar pelos meios físicos de subsistência; deve ainda lutar por alcançar trabalho, isto é, pela possibilidade e pelos meios de realizar a sua atividade.” (MARX, 1993, p. 103). Referindo-se a degradação dos trabalhadores enfatiza:

[...] o resultado para o trabalhador é o trabalho excessivo e a morte prematura, a degradação em máquina, a sujeição ao capital que se acumula em ameaçadora oposição a ele, nova concorrência, a morte, a fome ou a mendicidade para uma parte dos trabalhadores (MARX, 1993, p. 105).

O mesmo autor aporta reflexões sobre a automação e os trabalhadores sobrantes, embora não utilize esses termos. Mostra ainda que os interesses privados se sobrepõem aos sociais (da coletividade) e ressalta, com base no que aponta Smith, o reconhecimento de que a maioria da sociedade se

torna infeliz em decorrência da necessidade de viabilizar a prosperidade de poucos, donde conclui que “a miséria social constitui o objetivo da economia” (MARX, 1993, p. 107) no modo de produção capitalista.

Por fim, associa a pobreza não a mínimos, mas ao atendimento de necessidades, não só ampliando o âmbito do processo, porém incluindo a criação de necessidades pelo capital para potencializar o consumo alienado. Diz Marx (1993, p. 111):

O samoiedo não é pobre com o seu óleo de baleia e o seu peixe rançoso, porque na sua sociedade isolada todos têm idênticas necessidades. Questiona-se, portanto, como os sobrantes de um mercado de trabalho cada vez mais restrito terão acesso ao atendimento das necessidades criadas pela sociedade global? Novas frustrações, violência, revoltas, depressões, suicídios resultam dos desejos fetichizadas e inalcançáveis para uma grande maioria da população.

Aqui, Marx faz referência às necessidades sociais (ou necessidades humanas básicas, conforme Pereira, 2007), abalizadas como exigências primordiais para a vida material e subjetiva de todo ser humano, ou seja, comuns e universais a toda população do mundo, devendo ser garantidas independente de raça, etnia, cultura, credo, religião, “gosto” ou preferências individuais. Contudo, em sociedades regidas pelo modo de produção capitalista, privilegia-se a provisão dos mínimos sociais³ (ou mínimos de subsistência) e não o básico, isto é, preferências “individuais e relativas”, que se submetem ao consumo, à lógica do mercado, em que cada indivíduo tem a seu dispor formas de satisfazê-las, com o máximo de trabalho e de força de vontade.

³ Sobre mínimo e básico partilha-se da seguinte compreensão: “*Mínimo e básico* são, na verdade, conceitos distintos, pois, enquanto o primeiro tem conotação de menor, de menos, em sua acepção mais ínfima, identificada com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social, o segundo não. O *básico* expressa algo *fundamental, principal, primordial*, que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que ela se acrescenta [...]” (PEREIRA, 2007, p. 26-27).

Nessa direção, o mercado acaba tornando-se “[...] agência-mor de provisão, e o *consumidor* (e não o cidadão) como alvo de satisfações, inclusive públicas. [...] Assim, a ideia de necessidades confunde-se com *preferências partilhadas* ou *demandas* definidas pelos consumidores [...]” (PEREIRA, 2007, p. 41), como “[...] algo necessário, em necessidade historicamente produzida – é a tendência do capital” (MARX, 2011, p. 704). Assim, as necessidades particulares de consumo e a produção, reprodução e valorização do capital sobrepõem-se à esfera das necessidades humanas básicas. Em outras palavras, “a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca – no interesse da autorrealização ampliada do capital – tem sido o traço marcante do sistema desde seu início” (MÉSZÁROS, 2011, p. 606).

O capital, enquanto processo, “[...] mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humanos, transforma espaços e acelera o ritmo de vida.” (HARVEY, 2007, p. 307). Para garantir sua reprodução, expansão e manutenção é requisito fundamental o capital ter sob controle o trabalho do homem, porque, sem exploração do trabalho pelo capital não há criação de mais-valor na sociedade do consumo. Portanto,

o que aparece do ponto de vista do capital como mais-valor, aparece do ponto de vista do trabalhador exatamente como mais-trabalho acima de sua necessidade como trabalhador [...] [da] conservação de sua vitalidade. [...] Consequentemente, capital e trabalho comportam-se aqui como dinheiro e mercadoria; o primeiro é a forma universal da riqueza, a segunda é só a substância que visa o consumo imediato. Todavia, como aspiração incansável pela forma universal da riqueza, o capital impele o trabalho para além dos limites de sua necessidade natural e cria assim os elementos materiais para o desenvolvimento da rica individualidade [...] (MARX, 2011, p. 404-405).

O processo de individualização humana, exaltado e legitimado pela classe dominante, tem a intenção de fragmentar os trabalhadores no coletivo, negligenciando-os em sua inserção classista e negando a existência da luta de classes no interior da sociedade capitalista. Ao encontro disso, Marx (1993) traz, no Segundo Manuscrito, algumas passagens que são emblemáticas com relação ao ocultamento dos processos de exclusão, invisibilidade dos processos de desigualdade, à supervalorização da mercadoria e à desvalorização do homem.

Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (p. 159).

O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz a privação para o trabalhador. Produz palácios, mas casebres para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidade para o trabalhador (p. 161).

[...] o desempregado, o faminto, o miserável, o criminoso são figuras de homem que não existem para a economia política, mas só para outros olhos, para os do médico, do cozeiro, do burocrata [...] são fantasmas que se situam fora do seu domínio (p. 174).

Estes extratos revelam que, no modo de produção capitalista, o trabalho e o produto gerado por essa atividade vital é estranho ao trabalhador. Afinal, quanto mais produz, menos possui e mais fica sob o domínio do capital, reduzindo-o a mercadoria. Como resultado, a riqueza de alguns é acompanhada da privação do necessário para muitos, e, consequentemente, da pauperização da maioria que a produzem.

Portanto, a pobreza (pauperização) e as desigualdades resultam da exploração da força de trabalho e da riqueza expropriada do trabalhador e apropriada pelo capital. Para isso, é condição indispensável à separação entre o agente do processo de trabalho e a propriedade dos meios de produção.

Nessa ótica, instaura-se, na ordem societária vigente, um processo de desumanização da classe trabalhadora, onde as carências, as necessidades, os sentidos e as capacidades assumem o sentido do ter. Nas “[...] ações e relações sociais, tendem a predominar os fins e os valores constituídos no âmbito do mercado [...]. Esse é o reino da racionalidade instrumental, em que também o indivíduo se revela adjetivo, subalterno” (IANNI, 2001, p. 21).

Como resultado, o lugar de todos os sentidos físicos e subjetivos passa a ser ocupado pelo estranhamento e embrutecimento destes sentidos, em um nível tacanho de desumanização e empobrecimento, transformando o trabalhador em um ser destituído de sentidos e necessidades (MARX, 1993). Esse processo de estranhamento faz com que o homem não consiga desenvolver os sentidos, criando na proporção inversa à riqueza socialmente produzida, a pobreza. Daí,

a economia política, a ciência da riqueza, revela-se assim ao mesmo tempo a ciência da renúncia, da privação, da poupança, que consegue realmente poupar ao homem a necessidade de ar puro ou de atividade física. [...] Quanto menos cada um beber, comer, comprar livros, for ao teatro, ao baile, ao bar, quanto menos cada um pensar, amar, teorizar, cantar, pintar, poetar, etc. mais poupará (MARX, 1993, p 210).

Complementa os debates realizados no Primeiro e no Segundo Manuscritos de Paris (ou Manuscritos Econômico-Filosóficos), sendo o pensador sarcástico ao afirmar: “Se não tenho dinheiro para viajar, não tenho necessidade de viajar. Se tenho vocação para estudar, mas sem dinheiro para isso, então não tenho vocação para estudar.” (MARX, 1993, p. 233). Produz-se, assim, um ser humano insensível, egoísta, uma vez que seus sentidos foram desumanizados e suas capacidades criativas e intelectuais limitadas.

Por fim, na Ideologia Alemã (1846), Marx e Engels mostram o movimento de separação do campo e da cidade provocado pelo capitalismo gerando desigualdades intensas em ambos os locais. A transferência vertiginosa de

trabalhadores do campo para a cidade, sem condições estruturais para recebê-los e garantir-lhes condições dignas de sobrevivência deram origem a criação de amplos bolsões de pobreza. Entretanto, significavam também o sonho de novas oportunidades. A esse respeito os autores citados explicitam: “Com as cidades aparece simultaneamente a necessidade de administração, de polícia [...] A cidade já é o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades [...]” (MARX; ENGELS, 1993, p. 78). A plebe, composta por trabalhadores diaristas que vinham de distintos lugares para atender as demandas da expansão capitalista, foi criada pelas cidades, consideradas lócus de acumulação do capital.

Considerações Finais

Conforme os extratos da obra de Marx analisados, é evidente sua preocupação, ao longo de toda a sua trajetória intelectual e política, em decifrar as origens das desigualdades sociais. Conforme afirma Mandel (1980), Marx já demonstrava interesse pela questão social já nos seus primeiros escritos, quando ainda trabalhava como jornalista. E essa preocupação o acompanhou até o final de sua vida. Para isso, inúmeros exemplos sobre as condições de vida dos trabalhadores em sua época foram utilizados tanto para respaldar suas conclusões, como ponto de partida para elaborações cada vez mais complexas sobre a estrutura e organização da sociedade capitalista.

Em suas últimas obras, como os *Grundrisse* (1858) e *O Capital*, Marx revela como o modo de produção, que naquele momento se consolidava, podia produzir um grande acúmulo de riqueza, através da sua revolução constante. Ao mesmo tempo, indispensavelmente para esse processo de acumulação, uma massa de trabalhadores, mulheres, homens e crianças, vê-se obrigada a viver em condições extremamente precárias e totalmente dependente da sua inclusão nesse processo desigual para garantir o mínimo para a sua sobrevivência. Marx conclui que, conforme o capitalismo amplia seu investimento em capital constante, conseqüentemente se observa a

ampliação de uma parte da população que se torna dispensável ao processo de acumulação do capital e concentração de riqueza socialmente produzida por uma parcela ínfima da sociedade.

A produção de uma superpopulação relativa ou a liberação de trabalhadores avança mais rapidamente do que a transformação técnica do processo de produção, acelerada com o progresso da acumulação, e do que o correspondente decréscimo proporcional do capital variável em relação ao constante. [...] O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto, inversamente, a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital (MARX, 1989, p. 738).

De acordo com a lei geral de acumulação capitalista, essa tendência no processo de reprodução do capital acarreta no crescimento do que chamava de exército industrial de reserva, ou seja, uma população que não se insere no mercado de trabalho, vivendo o suplício de uma vida miserável em todos os seus aspectos.

A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa de superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho e ainda quanto maior essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo. Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista (MARX, 1989, p. 747).

Além disso, Marx conclui, a partir da lei geral da acumulação capitalista, que a produção da riqueza e da pobreza aumentam ao mesmo passo.

Esta lei se transmuta na seguinte: quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência, a saber, a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital (MARX, 1989, p. 748).

Portanto, não é em vão que o autor se preocupa, ao longo de sua sistematização, na revelação sobre as condições e o modo de vida dos trabalhadores. Seja se referindo ao trabalho infantil, do trabalho da mulher, dos casos de morte entre os operários ocasionados pelo sobretrabalho aos quais eram submetidos, ou ainda a partir de reflexões empíricas originárias de um árduo trabalho de campo realizado e que o permitiram confirmar sua tese.

Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. [...] É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta (MARX, 2011, p.59).

Melhor dizendo, o modo de produção estabelece relações sociais e condiciona todas as demais produções, relações e formas de expressão, econômicas, sociais, culturais, políticas. No que diz respeito à ciência, estabelece os conhecimentos que são relevantes e os secundários, direcionando investimentos para temas considerados prioritários, estabelece valores hierarquizados para áreas e profissões, determina relações, valores e prioridades e mais, cria as condições para conformar sujeitos que reproduzam seus valores como se fossem naturais. O éter que a tudo afeta, para usar a brilhante figura de linguagem expressa por Marx.

Referências

- ALVES, Giovanni. *Trabalho e neodesenvolvimentismo: Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil*. Bauru: Praxis, 2014.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- IANNI, IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: COUTINHO, Carlos Nelson *et al.*; FILHO, Daniel Aarão Reis (org.). *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 9. ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Textos filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1993.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano. In: *Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Londrina, v. 3, n. 1, p. 142-155, fev. 2011. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9501/6925>>. Acesso em 06 mar. 2018.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- MARX, Karl. *A questão judaica*. Rio de Janeiro: Achimé, n/d.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.
- NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. In: *Revista Argumentum*, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/netto-jose-paulo-201608060404028661510.pdf>. Acesso em 06 mar. 2018.
- PEREIRA, Potyara A.P. *Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.